

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT-10 – Informação e Memória

SUBSÍDIOS PARA AÇÕES EDUCATIVAS EM UM PARQUE ESTADUAL DE MINAS GERAIS

Ivana Denise Parrela - (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG)

Eliane Cristina de Freitas Rocha - (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG)

RATIONALE FOR EDUCATIONAL ACTIONS IN A STATE PARK OF MINAS GERAIS

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: O Parque Estadual de Grão Mogol é hoje uma Unidade de Conservação de Proteção Integral localizado no norte de Minas Gerais, em cidade homônima, próximo ao município de Montes Claros, criado em 1998, e cujos limites foram redefinidos em 2009, passando a ter área de 28.404,4270 ha. A unidade ainda não conta com plano de manejo, e objetiva-se, neste artigo, apresentar alternativas metodológicas para apropriação de um dos seus atrativos – a Trilha do Barão de Grão Mogol, de 15 Km de extensão. Neste contexto, são apresentadas discussões teórico-metodológicas que subsidiarão ações educativas patrimoniais a serem desenvolvidas junto à população da cidade e do entorno do parque. Em termos teóricos, a educação patrimonial é discutida, por meio de revisão bibliográfica. Ancoradas na literatura da área da educação, em especial a ambiental, as metodologias de história oral, trilha interpretativa e pesquisa-ação são apresentadas como alternativas para a proposição de ações educativas voltadas à apropriação do parque e da referida trilha. Conclui-se que há um longo caminho, nem todo pavimentado, como a própria trilha do Barão, a ser percorrido pelos agentes locais – comunidades e poder público – para que o parque possa ser plenamente usufruído pela cidade. Não há soluções ainda prontamente disponíveis nos estudos da educação patrimonial que pavimentem o caminho, mas algumas ferramentas podem ser úteis, como as que possibilitam a participação e diálogo entre as partes envolvidas.

Palavras-Chave: Parque Estadual de Grão Mogol; Patrimônio; Barão de Grão Mogol; Educação patrimonial.

Abstract: The Grão Mogol State Park is nowadays a integral conservation unity located in northern Minas Gerais State, in a homonymous municipality city, near Montes Claros City, created in 1998 with redefined limits established in 2009 of 28.404,4270 ha. That unity does not have management plan, and this article aims to present methodological alternatives to the appropriation of one of its attractions – “Barão de Grão Mogol” trail, 15 Km length. In this context, theoretical-methodological discussion directed to educational actions rationale to be held with the population of the city and the park surroundings inhabitants are presented. In theoretical terms, heritage education is discussed by bibliographic review. Based on education literature, specially in environmental education, oral history methodology, interpretative trail and action research are presented as methodology alternatives to educational actions proposals directed to the park and its trail appropriation. It

concludes that there is a long path, not all paved as Barão Trail itself, to be crossed by local agents – communities and public authorities – so that the park may be fully enjoyed by the city. There are no ready solutions in heritage education studies that allow to pave that path, but some tools that ease participation and dialogue among all involved parts may be very useful.

Keywords: Grão Mogol State Park; Heritage; Grão Mogol Baron; Heritage education.

1 INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação (CI) tem se esforçado no sentido de avançar nas discussões teóricas e metodológicas acerca do patrimônio. Souza e Crippa (2010) consideram que, no que diz respeito ao patrimônio cultural brasileiro, a CI precisa avançar em pesquisas sobre a relação entre patrimônio e o conceito de documento, bem como sobre a mediação e apropriação cultural do patrimônio, entre outros aspectos.

Por sua vez, Karpinski (2016) discute o conceito de patrimônio natural e aponta a carência, na CI, de aprofundamento da temática. Para a autora, na literatura internacional existem diversas interfaces do patrimônio, como “patrimônio genético, digital, político, intangível, paisagístico, ecológico, ambiental, entre outros”, as quais não restringem a definição de patrimônio à dicotomia clássica de patrimônio cultural x patrimônio natural.

Karpinski (2016), ao apresentar as ideias de Schama¹ afirma que a “noção de natureza se perpetua através da constituição de paisagens que se renovam constantemente pela memória. Se a cultura é o que determina a ideia de natureza, é também cultural o sentimento humano ligado às paisagens”.

É necessário, portanto, a formação de “um sujeito ecológico, na formação de uma consciência crítica e emancipatória ambiental, sob essa ótica a responsabilidade para com a equidade ambiental torna-se fundamental nas reflexões acerca do ambiente” (BARROS; MOLINA; SILVA, 2011, p. 988), da paisagem e do patrimônio cultural.

O conceito de meio ambiente é bem distinto do de natureza, pois todo o espaço terrestre passa a ser “patrimônio da humanidade”, cuja obrigação de preservação é dever tanto do Estado quanto de seus cidadãos. Como consequência, apresentam-se outras possibilidades de compreender o “patrimônio natural”, não apenas áreas desabitadas ou expropriadas, mas também aquelas que incluem o ser humano como seu partícipe, valorizando seus conhecimentos e sua experiência naquele território (KARPINSKI, 2016).

Tendo em vista a necessidade de aprofundamento dos estudos do patrimônio na CI, este artigo apresenta discussões teórico-metodológicas sobre o patrimônio e metodologias

¹ SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 645p.

para ações de educação patrimonial que visam ser aplicadas em um caso – o Parque Estadual de Grão Mogol. Inicialmente, apresenta-se o Parque e a problemática de sua implantação e apropriação. Em sequência, as metodologias de trabalho para a apropriação do parque são discutidas.

Ressalta-se, ainda, a importância de aprofundamento em abordagens teórico-metodológicas para ações de educação patrimonial, em especial em áreas protegidas, visto que muitas dessas ações são realizadas intuitivamente, e sem sistematização, carecendo de cientificidade (WICK, 2014). E este artigo, antes de apresentar resultados de ações de educação patrimonial, tem como objetivo refletir e apresentar propostas metodológicas para ações que queiram ser cientificamente orientadas.

Para dar o caráter científico às ações educativas que se pretende desenvolver, partimos do marco teórico sobre memória coletiva, oferecido por Pierre Nora, que a define como “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”.²

Por meio de revisão bibliográfica sobre o assunto “educação patrimonial” no portal da *Scielo* e de estudos exploratórios já iniciados junto à administração do parque e ao poder público da cidade de Grão Mogol, envolvendo pesquisas documentais e entrevistas não estruturadas, este artigo procura avançar na metodologia da educação patrimonial. Não se perde de vista, no entanto, os fundamentos teóricos da memória coletiva propostos por autores como Pierre Nora e Le Goff, que iluminarão nas intervenções que aqui se propõe.

Esse trabalho é produto de um projeto maior que inclui pesquisas da História, Arqueologia e Ciência da Informação, intitulado “Memória e patrimônio da Serra de Grão Mogol: Trilha do Barão (Parque Estadual de Grão Mogol).” Nele, já estão em estágio adiantado as pesquisas histórico-documentais sobre o Barão de Grão Mogol, o que inclui os seus deslocamentos entre Minas, Bahia e interior paulista e suas múltiplas atividades econômicas que iam da exploração diamantífera em Grão Mogol e Chapada Diamantina à agropecuária em Minas e São Paulo. Com destaque para seus investimentos na cafeicultura. Além disso, buscou-se identificar por meio de base de dados dos registros paroquiais de Grão Mogol a circulação de cerca de 80 escravos por suas propriedades, homens de caminho que já localizamos trabalhando em suas terras mineiras e paulistas, abrindo trilhas para suas fazendas.

² Citado a partir das reflexões de Le Goff (2003, p.467).

2 O PARQUE ESTADUAL DE GRÃO MOGOL E O PATRIMÔNIO

A posição apresentada acima, sob a perspectiva da CI, tem sido compartilhada por outros pesquisadores das áreas de geografia e arqueologia, em experiências similares àquela que pretendemos desenvolver no Norte de Minas: desenvolver ações conjuntas com arqueólogos, historiadores e profissionais de CI que subsidiem a abertura da Trilha do Barão de Grão Mogol, em trecho situado da saída da cidade até os limites do Parque Estadual. Trecho que compreende cerca de 15 km da Trilha (que possui em toda sua extensão 21 km) que liga a cidade, que empresta seu nome ao Parque, à antiga sede da Fazenda do Cafezal, que era propriedade do Barão, conforme se vê na figura 1.

O Parque Estadual de Grão Mogol é hoje uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, criado em 1998, cujos limites foram redefinidos em 2009, passando a ter área de 28.404,4270 ha. Um dos atrativos do Parque é uma trilha que ligava a sede do município à Fazenda do Cafezal, propriedade do Barão de Grão Mogol, Gualtér Martins Pereira. A Trilha, de quase quinze quilômetros, foi construída em meados do século XIX. O caminho foi pavimentado com o objetivo de ligar o município de Grão Mogol ao de Rio Pardo, segundo alguns autores. Mas, para a população, o objetivo era ligar a cidade à fazenda. O Barão era um grande fazendeiro e negociante em vários ramos.

Figura 1: Vista aérea da Trilha do Barão.



Fonte: Acervo Parque Estadual de Grão Mogol, 2010.

Um dos autores pioneiros sobre a história ambiental brasileira, Pádua (2004), empreende uma análise de textos produzidos na época colonial e imperial e demonstra que a existência de uma intensa exploração da natureza não é tão recente. O autor nos apresenta

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

um quadro de crise e decadência ambiental no Brasil já no século XVIII e, especialmente, em áreas de mineração, como no caso do município que analisamos.

Grão Mogol, apesar de sua proximidade com regiões já ocupadas no Norte do estado pela expansão da pecuária desde o século XVII, como Itacambira, deve sua ocupação e povoamento à exploração de diamantes por garimpeiros que fogem do Distrito Diamantino atrás da riqueza a partir de meados do século XVIII. No caso dessa região, ao contrário das áreas próximas a Diamantina, a exploração dos diamantes não se dava apenas nas margens do Rio Itacambiraçu, mas no topo da Serra, em seus veios. Em Grão Mogol, pela primeira vez, se extraiu essa riqueza na rocha. O que também vai se dar em região próxima à Trilha, na chamada Pedra Rica.

Assim, preservar e qualificar o acesso à Trilha possibilitará aos moradores e turistas conhecer não apenas a paisagem e o patrimônio do Parque Estadual de Grão Mogol, como a história da mineração de diamantes no Brasil.

O que permite comparar experiências em trilhas de áreas naturais e antropizadas, situações que encontramos no caso de Grão Mogol. Pois, a Trilha do Barão começa na lateral de uma rua central da cidade (Figura 2) e chega ao topo da Serra, dentro do Parque (Figura 1).

Figura 2: Início da Trilha do Barão.



Fonte: Arquivo pessoal das autoras, 2017.

3 METODOLOGIA

A seguir, serão apresentados os referenciais teórico-metodológicos que irão subsidiar as propostas elaboradas para o desenvolvimento de atividades com a população do município

e potenciais visitantes. Destaca-se ainda que na atual etapa da pesquisa estão sendo feitas pesquisas histórico-documentais sobre o Barão, a sua presença na cidade e a construção do caminho. Paralelamente, está sendo elaborado um projeto de pesquisa arqueológica para qualificar o uso da Trilha.

3.1 Educação Patrimonial

A metodologia de Educação Patrimonial foi difundida no Brasil, especialmente sob a lógica de alfabetização cultural, por meio de um processo de apropriação dos objetos, pelo Guia Básico de Educação Patrimonial, publicado pelo Museu Imperial.

O Guia define a metodologia como

[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. [...] Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e trajetória histórico-temporal em que está inserido (HORTA, 1999, p. 6).

Segundo José Hermes Pereira (2012, p. 143-144), “forjou-se” um marco inicial para a Educação Patrimonial nos anos de 1990, numa atitude que teria desconsiderado todo um histórico de reflexões e de ações levadas a cabo por educadores e por outros teóricos com as mais variadas preocupações com o patrimônio cultural. O autor destaca as imbricações entre as questões práticas da Educação Patrimonial enquanto política pública e questões de ordem teórica e metodológica inerentes ao trato com o patrimônio cultural. Mesmo assim, em sua avaliação, há um consenso em torno da especificidade do tema, caracterizado pela interdisciplinaridade, dentro e fora do campo educacional. Por concordarmos com tal posicionamento, procuraremos analisar as ações educativas a serem desenvolvidas para além das práticas sugeridas para a apropriação de objetos quando se tratar de trabalhos com os documentos de várias tipologias – especialmente as fontes orais – e outros vestígios.

Myrian Sepúlveda dos Santos (2003, p. 69-70) recorre a Halbwachs para discutir a relação da memória social e a memória individual. Para essa autora, os indivíduos lembravam-se do passado ao se colocarem sob as perspectivas do grupo, e que o que importava mostrar era que a memória do grupo se realizava e se manifestava nas memórias individuais. Assim, os indivíduos recorreriam ao passado para descrever suas vidas em narrativas coerentes. A tese central de Halbwachs foi a de que quaisquer que sejam as lembranças do passado que

possamos ter - por mais que pareçam resultado de sentimentos, pensamentos e experiências exclusivamente pessoais - elas só podem existir a partir dos quadros sociais da memória.

Assim, na elaboração de nossas propostas de ações educativas – patrimoniais e ambientais para diversos atores - pretendemos propor atividades para alunos, tanto dos anos iniciais como do ensino médio, pretendemos explorar as relações das crianças e adolescentes com as memórias da comunidade sobre o passado de exploração mineral e extrativista da Serra e usos da Trilha, como estratégias para a compreensão do universo sociocultural e trajetória histórico-temporal em que está inserido, a importância do Parque para preservação da qualidade de vida no meio urbano e percepção das marcas da destruição na paisagem pela exploração desenfreada nos anos iniciais.

Esta estratégia de trabalho junto a estudantes encontra ancoragem em algumas abordagens metodológicas consultadas na literatura pesquisada, a saber: a) experiências com arte-educação apresentadas por Rizzi e Anjos (2010), envolvendo, inclusive a produção de livros paradidáticos; b) realização de oficinas (GALZERANI, 2013) e percurso de caminhos e trilhas para reconhecimento dos patrimônios (GALZERANI, 2013; MOREIRA; PINTO, 2013).

Outra estratégia, da arqueologia comunitária, conforme relatada na literatura (FAGUNDES, 2013), ainda não foi considerada, dado o caráter inicial dos trabalhos arqueológicos. Na figura 3, vê-se um dos sítios da Trilha do Barão de elevado interesse arqueológico a ser explorado. Reconhece-se, no entanto, que o trabalho arqueológico que será desenvolvido na Trilha do Barão incitará novas leituras e apropriações do parque, já anunciadas pela literatura consultada (MACHADO; LOPES; GHENO, 2009).

Figura 3: Gruta do quebra-coco, na Trilha do Barão de Grão Mogol.



Fonte: Arquivo pessoal das autoras, 2017.

De modo similar, será importante pensar no trabalho com os turistas que irão usufruir do bem cultural a partir dos trabalhos desenvolvidos na Trilha, pois o Parque ainda não possui um plano de manejo e a visitação ocorre de forma esporádica, normalmente, em eventos na cidade, como o Festival de Inverno.

Além da criação do Parque Estadual de Grão Mogol, a cidade recentemente teve o seu centro histórico tombado em dezembro de 2016 pelo Conselho Estadual de Patrimônio Cultural de Minas Gerais. Diante da importância do tombamento e também da presença do parque, nada mais necessário do que a apropriação, pela população, do seu patrimônio histórico, cultural e natural, o que exige trabalho educativo: “O patrimônio parece ser visto como um presente do passado. A patrimonialização exige, pois, um empenho pedagógico pela transmissão dos valores, das simbolizações e das identidades mobilizadas” (SILVA, 2015, p.212).

A educação patrimonial como mediadora da atividade turística, ao promover o contato, a socialização e a apropriação do patrimônio pelos turistas, contribui nesta tarefa da produção do ser humano genérico, ou seja, constitui uma forma de realização do trabalho educativo. Para isso é necessário planejar a atividade turística com o patrimônio na intencionalidade de produzir esta socialização e apropriação, assim como é necessário o planejamento de um projeto de educação patrimonial (MELO; CARDOZO, 2015, p.1061).

Por fim, será necessário discutir com a comunidade em geral qual o papel do Parque e da Trilha com vistas à sua apropriação, para ir além da docilização da comunidade frente às possíveis restrições que a pesquisa de arqueologia e o próprio manejo do Parque poderão trazer.

3.2 História Oral

De acordo com Verena Alberti (2011, p. 155) “a história oral permite o registro de testemunhos e o acesso às “histórias dentro da história” e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado”. As ações consistem na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram e testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.

As primeiras experiências de história oral do século XX foram marcadas pela exigência de gravação dos relatos e pela situação de entrevista com objetivos específicos, com temas a

serem tratados. Outro aspecto importante para construção da metodologia foi a busca por novos objetos e sujeitos pela história a partir dos anos 1920. A partir dos anos 1960, surgem ainda as chamadas “entrevistas de história de vida”, com membros de grupos sociais que não deixavam registros escritos e ações militantes com o uso da metodologia que levavam a exageros em busca da ‘verdadeira’ história do povo. Sendo assim, um dos grandes riscos que se corre no uso da metodologia é tomar a entrevista como a história e não como fonte para a narrativa histórica. O que não significa negar a importância dessas entrevistas como, muitas vezes, o único registro possível para dar conta da expressão da voz de comunidades que não dominam a escrita ou mesmo, como no caso dos moradores do entorno da Trilha, não tem acesso a muitos canais para o registro e difusão de seus bens culturais. A partir dos anos 1970, com a difusão dos manuais, periódicos e a realização de encontros científicos, começam a surgir propostas que atrelam a entrevistas às pesquisas arquivísticas e atreladas a projetos de pesquisa. No mesmo período, começam os trabalhos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e seus estudos sobre as elites desde a década de 1930. Para dar conta de tais objetivos, foram utilizadas entrevistas de história de vida, que se estendem por várias sessões e acompanham a vida do entrevistado desde a infância, aprofundando em temas específicos relacionados aos objetivos da pesquisa (ALBERTI, 2011, p.161).

Nesse contexto, a arquivologia se aproxima da metodologia da história, produzindo arquivos orais, que procuram ir além do simples testemunho isolado e entrevistar grupos de forma sistemática. Grupos que, normalmente, não produziram suas memórias escritas. Assim, criam-se múltiplos testemunhos sobre o mesmo fato, que pelo esforço de sistematização busca maior isenção. O que por outro lado, encarece significativamente os custos da pesquisa.

As entrevistas que pretendemos realizar no contexto de nossa pesquisa visam conhecer as representações da Trilha, do Barão, da Serra e de suas riquezas como espaço de mineração e extração de riquezas como as flores, a lenha, frutos e sementes. A nossa proposta buscará nas entrevistas com os moradores do entorno do Parque conhecer as experiências na Trilha, em vários momentos e conjunturas, como no garimpo clandestino (ainda existente no Parque), no boom da exploração das sempre-vivas nos anos 1960 e quando da implantação da empresa Florestas Rio Doce, a partir dos anos 1980. O que irá nos permitir aproximações com os usos cotidianos da Trilha e as várias negociações que permitem que ela sobreviva na memória de vários grupos de moradores do município até hoje culturalmente mediadas.

Esse esforço de aproximação com a Trilha e o Parque, para além dos documentos escritos, leva em conta a presença maciça de analfabetos e semianalfabetos que convivem com suas cronologias imprecisas e relatos que, na maioria das vezes, não podem ser comprovados por outros tipos de documentos.

Para dar conta de tais de tais objetivos, lançamos mão dos conceitos cruciais de memória sistematizados por Jacques Le Goff³, que se ocupa mais dos conceitos de memória coletiva do que das memórias individuais. Assim, consideramos a memória como fenômeno individual e psicológico, mas enfatizaremos nesse trabalho no Parque, as suas ligações à vida social, que varia em função da presença ou da ausência da escrita. Desde o início do ensaio, o autor nos lembra de que a apreensão da memória coletiva depende do ambiente social (espaço social) e político. Pois, trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos, que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo.

De acordo com Le Goff, “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais está ora em retraimento, ora em transbordamento (2003, p. 422).”

Segundo G. Prins (2011, p. 173), uma crítica frequente ao uso da história oral é de que os dados coletados por meio dessa metodologia não podem dar conta das mudanças, mas dão conta das permanências, das continuidades, como acontecerá com os moradores que pretendemos entrevistar. Embora consideremos que a experiência de devolução dos relatos torna o documento da história oral sempre transitório, não se deve considerar que esta transitoriedade seja ruim, pois ele mostra seu valor interventivo e transformador das realidades (MEHY; HOLANDA, 2015, p.166).

3.3 Trilha Interpretativa

As trilhas interpretativas são tidas como atividade potencialmente educativa, ao propiciarem que sejam estabelecidas conexões do corpo humano com o recurso do ambiente natural a ser interpretado.

Esse contato viabiliza novas experiências, além de revelar significados com o uso de objetos originais. Assim, as trilhas são instrumentos a serem utilizados de maneira multidisciplinar, articulando diversas áreas do saber – biologia, geografia, psicologia, educação, educação física etc. –, propiciando

³ Cf. Le Goff (2003, p.419), especialmente, a primeira nota do trabalho que foi sintetizada acima.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

abordagens transversais da temática ambiental, bem como a conscientização dos sujeitos envolvidos. Um dos objetivos da interpretação deve ser sensibilizar os visitantes para a importância de preservar os recursos a serem interpretados (PAIVA; FRANÇA, 2007, p. 112).

Outra importante característica da trilha interpretativa é o seu potencial lúdico. A experiência de lazer – como a visita a um ambiente natural – tende a ser prazerosa e afastada das atividades cotidianas e de trabalho. Em outras palavras, é necessário ter atenção aos objetivos da trilha interpretativa:

[...] os objetivos de uma trilha podem ser desdobrados em vários pontos relacionados à experiência, percepção e interpretação ambiental, mas o objetivo principal de toda ela é o resgate do significado e do valor da interação pessoa-paisagem, pois somente assim podemos entender os valores relacionados à proteção e sensibilização ambiental. Na realidade, a experiência de uma trilha ou de uma vivência é impossível de ser restrita aos conteúdos técnicos e científicos referentes aos ecossistemas envolvidos (PAIVA; FRANÇA, 2007, p. 113).

Para Wallace (1997)⁴, citado por Paiva e França (2007), diversos valores podem ser trabalhados de forma lúdica e educativa em uma trilha interpretativa: de conservação, científico e educativo histórico e cultural, estético, recreativo, terapêutico e espiritual (PAIVA; FRANÇA, 2007, p. 114).

A trilha do Barão do Parque de Grão Mogol possibilita que o trabalho explore o valor histórico e cultural, por meio da preservação do significado da trilha em conexão com o passado da cidade e do Barão; estético, especialmente por descortinar sua beleza cênica; científico e educativo, pelas possibilidades arqueológicas e de conscientização ambiental e histórica da população; bem como de conservação de ecossistema, pela preservação de espécies endêmicas da região tal como *discocactus hortil*, o qual foi considerado um dos motivos para a criação do Parque pelo poder público estadual (MARTINS; COSTA; LOPES, 2008). Um dos trechos da trilha – ilustrado nas Figuras 4 e 5 – é representativo de quase todos esses aspectos.

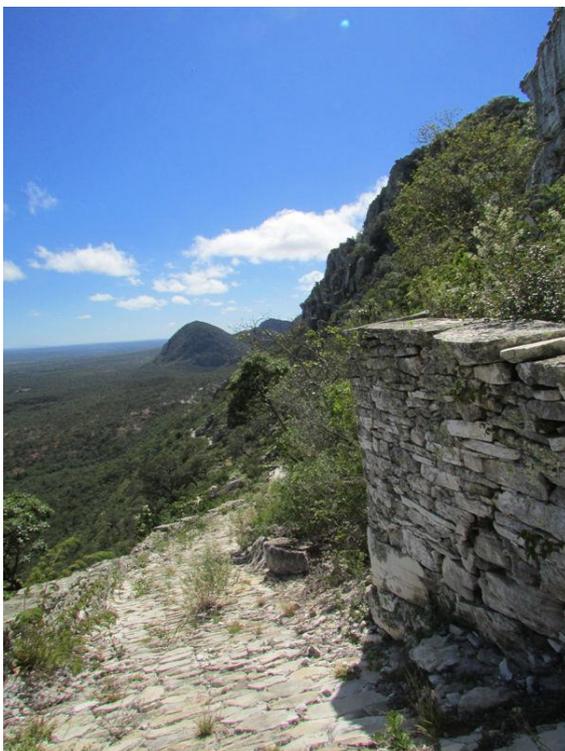
O percurso da trilha, em si, é de grande valia para ações de educação patrimonial, conforme apontam Moreira e Pinto (2013), ao incitar a interpretação de seus usos no passado e seus reflexos no presente. Afinal, a recuperação de vivências do passado implica

[...] pesquisa, salvamento, exaltação da memória coletiva não mais nos acontecimentos, mas ao longo do tempo, busca dessa memória menos nos

⁴ WALLACE, G. N. Turismo ecológico en Unidades de Conservación: cual es el limite? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1., Curitiba, 1997. **Anais...** Curitiba: UFP, v.I, p.139-149, 1997.

textos do que nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos ritos e festas, é a conversão do olhar histórico. [...] História que fermenta a partir do estudo dos 'lugares' da memória coletiva (LE GOFF, 2003, p.466-467).

Figura 4: Trecho da Trilha do Barão.



Fonte: Arquivo pessoal das autoras, 2017.

Figura 5: Detalhe do calçamento da Trilha do Barão.



Fonte: Arquivo pessoal das autoras, 2017.

3.4 Pesquisa-Ação

A abordagem da comunidade do entorno do parque e do município, para que seja possível pensar em ações educativas e patrimoniais, deve ser orientada por intervenções educativas alinhadas com proposta pedagógica construtivista, emancipadora e aberta à complexidade e transdisciplinaridade: construtivista, da perspectiva sócio-histórica, porque deve propiciar que o conhecimento seja construído ativamente pela ação humana no mundo (AGUIAR, 2002; OLIVEIRA, 1993); emancipadora, no sentido de Paulo Freire, porque esta ação deve ser “livre, criadora e determinadora das condições de existência [...] pela apreensão crítica da realidade” (MENEZES; SANTIAGO, 2014, p.49) e aberta à complexidade e à transdisciplinaridade, conforme discutida por autores como Morin, por considerar os saberes científicos e comunitários como um tecido a ser construído em conjunto e também por trabalhar a relação todo-parte, comunidade-parque como uma totalidade (SILVA, 2008).

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Ao se pensar na importância da formação do “sujeito ecológico”, com “consciência crítica e emancipatória ambiental” não há fórmulas prontas para a abordagem da comunidade com vistas à proposição de atividades educativas. O termo proposição é, em si, bastante inadequado, já que talvez pressuponha relações assimétricas de construção de saberes, o que não é o que se pretende configurar nesta pesquisa. Para que sejam construídas relações construtivistas, emancipatórias e complexas, acredita-se que a aproximação com o objeto de estudo (e de intervenção dialética) seja por via da pesquisa-ação e do estudo das representações sociais.

A pesquisa-ação tem sido correntemente utilizada no campo da educação, e apresenta-se como alternativa à pesquisa clássica tradicional de orientação positivista (EL ANDALOUSSI, 2004). Nela, observa-se um “movimento circular entre pesquisa e ação, os participantes visam estabelecer uma parceria que permita gerir o difícil equilíbrio entre pesquisa, ação e decisão” (EL ANDALOUSSI, 2004, p. 88).

Neste movimento, a identificação dos atores envolvidos no processo é essencial. Pelegrini (2006) ressalta a importância de se integrar o cidadão para que ele possa “elevar sua autoestima” e “valorizar sua identidade cultural” (p.127). Mas o alcance dos cidadãos não organizados em torno da importância do patrimônio talvez não levasse a ações efetivas. É preciso que os cidadãos se tornem atores, os quais podem ser agentes comunitários, professores do ensino fundamental, médio e universitário, que ajudem a propagar “o significado dos bens culturais e naturais entre as comunidades”.

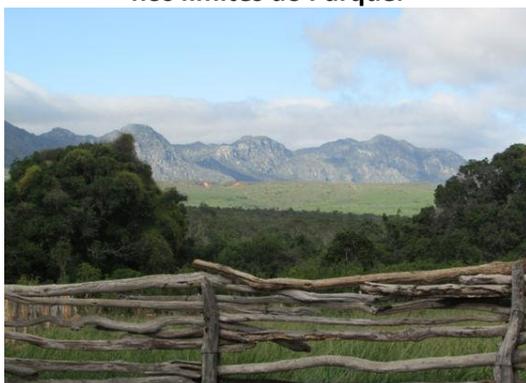
Por outro lado, é preciso pensar que os processos de regularização de unidades de conservação são conflituosos. A criação de unidades de conservação envolve a desapropriação de habitantes locais e, por vezes, de comunidades tradicionais (como indígenas e quilombolas) (SANTOS, 2009). Não se pode esperar a aceitação passiva da unidade de conservação pela população habitante em prol da preservação do patrimônio, seja ele qual for. No caso do Parque Estadual de Grão Mogol, Martins, Costa e Lopes (2008) estimaram 142 famílias de comunidades tradicionais (Bocaína, Santa Rita, Bosque, Taquaral, Bosquinho-Ventania e Serra do Barão) afetadas pela criação do parque e não devidamente ouvidas e indenizadas. Até o presente momento, permanecem problemas fundiários no entorno do parque. Também a falta de um plano de manejo do parque é motivo de descontentamento da população local da cidade, que não poderia dele usufruir.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Na área do entorno da trilha, por exemplo, há comunidades que viveram por gerações da atividade extrativista, agrícola e mineradora na região do Parque. Na figura 6, observa-se, por exemplo, a captação irregular de água, e na figura 7, uma cerca de uma fazenda desapropriada para criação do parque. No local denominado Andorinhas, a população do entorno do Parque tem crescido desordenadamente, o que já levou à desafetação de parte da área originalmente destinada à unidade de conservação. Martins, Costa e Lopes (2008) relatam que, um vereador da cidade, a Associação de Agro-Turismo Rural e Ecológico da Região do Taquaral e Adjacências, o Núcleo Comunitário Rural do Taquaral-Macaúbas, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Comissão Pastoral da Terra, conseguiram desafetar, em novembro de 2005, 6.000 hectares da área do parque.

Um trabalho especial será necessário para que o parque seja apropriado pelas comunidades, sempre de uma perspectiva participativa, propósito da pesquisa-ação. Trabalhos como oficinas (AFONSO, 2015) e rodas de conversa (AFONSO; ABADE, 2008) podem ser visualizados para estes grupos. No entanto, a contrapartida do poder público para indenização devida das famílias afetadas é condição para o sucesso das ações educativas, sem isso, não há trabalho de educação patrimonial que se sustente.

Figura 6: Cerca de uma fazenda desapropriada nos limites do Parque.



Fonte: Arquivo pessoal das autoras, 2017.

Figura 7: Detalhe de captação irregular de água.



Fonte: Arquivo pessoal das autoras, 2017

As representações sociais “dizem respeito ao universo de opiniões construídas, reelaboradas e redimensionadas pelos indivíduos, em relação a um determinado objeto social, de acordo com a história de vida de cada um” (MOSCOVICI, 1978 *apud* BARROS; MOLINA; SILVA, 2011, p. 990).

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Saber o quais são as representações sociais do parque, quais são os conceitos e pré-conceitos que a comunidade construiu sobre o meio ambiente natural, histórico e cultural é de grande importância para intervenções. Jovchelovitch (2008) menciona o estudo das representações sociais em diversos estudos. Em um deles, que visava intervenção para controle de natalidade em uma comunidade da Guatemala, uma pesquisadora, ao perceber que a cosmologia da cultura maia representa a concepção de uma maneira muito diferente da cultura civilizatória, abandonou as estratégias monológicas de comunicação e transmissionista de educação para estabelecer diálogo sobre o problema da reprodução naquele local. De maneira análoga, a investigação sobre o parque de Grão Mogol e a trilha do Barão devem levar em conta as representações sociais da comunidade para que seja realizado diálogo quanto à sua preservação e conservação.

Os sistemas representacionais locais constituem fontes de investigação sobre as condições de vida, os códigos culturais, as práticas e os recursos – materiais e simbólicos – de uma comunidade. Eles constituem um sistema plural e multifacetado de diferentes saberes, práticas e tradições culturais, que envolvem mitologias, crenças populares, saber científico, práticas e rituais. Eles são expressivos porque, como atividade humana, têm o poder de representar: eles re-(a)presentam história, contexto e identidade, revelando as histórias e a memória social da comunidade, bem como os arranjos institucionais que definem o contexto em que as pessoas se encontram e ativamente constroem. Neste sentido, mapear representações locais implica estudar os mundos subjetivos, intersubjetivos e objetivos que elas compreendem (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 268).

Estão em jogo, no caso específico deste estudo, as representações sociais sobre o parque, o meio ambiente, a própria figura do Barão de Grão Mogol e como ela se apresenta na história da comunidade. Não há muitos trabalhos que discutam as representações do Barão e suas ações em Grão Mogol. Na cidade, os relatos o retratam como um ‘homem bom’ responsável pela construção da Santa Casa, reforma da Igreja Matriz e por várias melhorias na área urbana. Em Rio Claro, onde existem mais pesquisas sobre a sua presença, ele é descrito como uma figura autoritária, cruel e sua fazenda é tida como mal-assombrada. Visões díspares sobre o mesmo homem e suas atividades políticas e sociais. Outro aspecto importante são as representações sociais do parque. Martins, Costa e Lopes (2008) apontam que a parte da população acredita que o parque foi criado para preservar os mananciais de água relacionados à Hidrelétrica de Irapé.

As técnicas de pesquisa para endereçar o estudo das representações sociais são qualitativas e podem requerer o emprego das abordagens da etnografia, entrevistas e grupos focais. Jovchelovith (2008) adverte que a pesquisa das representações sociais deve se dar de maneira dialógica, privilegiando os moldes da pesquisa-ação, com a realização de intervenção na comunidade em três momentos: o do diagnóstico, a intervenção e a reflexividade.

O diagnóstico envolve o conhecimento do saber local, da identidade dos grupos e sujeitos envolvidos, das práticas locais, de recursos e da consciência. A intervenção, planejada em conjunto com pesquisadores e pesquisados, deve envolver práticas de diálogo e aprendizado, com técnicas da pesquisa-ação, para possível modificação da consciência. Já a reflexividade, última etapa do processo, visa o empoderamento e conscientização.

Por meio do estudo das representações sociais acerca do parque e do ambiente, será possível saber quais são as possíveis condições de alienação ou de apropriação do território e seu valor (diagnóstico). Em momento posterior, deve ser construído diálogo entre a comunidade e os pesquisadores, para ampliação e aprofundamento das temáticas ambientais e históricas relativas ao parque e à trilha (intervenção), culminando no empoderamento da comunidade para apropriação de seu patrimônio natural e histórico (reflexividade).

Subjaz, à pesquisa-ação que aqui se propõe, intervenções que municipalizarão processos de identificação das pessoas com o parque, tendo em vista o papel essencial da memória na construção da identidade social. “A autenticidade da identidade tem reforçado a veracidade da memória” (NORA, 2009, p.10).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que é preciso conhecer as representações sociais que a comunidade desenvolveu sobre a Trilha e a parte da Serra, hoje delimitada como Parque, para propor qualquer intervenção que faça sentido e seja assentida pelos moradores, não por ações punitivas, mas deliberadas. Dias e Soares (2007, p. 72) nos alertam que

[...] não é possível esperar que a população de qualquer município aquilo com o que não se identifica, imposto como patrimônio. [...] A classe popular desconhece seu passado e sua memória, ao mesmo tempo em que, por desconhecê-lo, destrói, pelo vandalismo e abandono, os patrimônios da classe dominante, autoritariamente impostos como memória e patrimônio coletivo.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Registrar a memória da comunidade, por meio da metodologia da história oral e da pesquisa-ação, e compreender as suas representações sociais são possibilidades para que seja realizada a educação patrimonial e a construção de uma trilha interpretativa atraente para o morador local e para o turista. Importa-nos discutir a Trilha para além do primeiro e único Barão de Grão Mogol, mas no dia-a-dia da comunidade que faz dela seu caminho, faz da paisagem o cenário de suas vidas, palco de suas memórias.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M. L. M. **Oficinas em dinâmicas de grupo**: um método de intervenção psicossocial. 3.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

AFONSO, M. L. M.; ABADE, F. **Para reinventar as rodas**. Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECINAM), 2008.

AGUIAR, W. M. J. Consciência e atividade: categorias fundamentais da psicologia sócio-histórica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs.). **Psicologia sócio-histórica**: uma perspectiva crítica em psicologia. 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2002.

ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011. p.155-202.

BARROS, J. V.; MOLINA, M. D.; SILVA, M.F V. Evoluindo com a construção de um novo conceito educação patrimonial ambiental a partir das reflexões da educação patrimonial e ambiental com vistas a ampliação do campo teórico metodológico desse contexto. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 7, n. 6, 2011. p. 982-993.

DIAS, G.; SOARES, A. L. R. Educação patrimonial e educação popular: um viés possível. In: SOARES, A. L. R. (ORG.). **Educação patrimonial**: teoria e prática. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.

EL ANDALOUSSI, K. **Pesquisas-ações**: ciências, desenvolvimento, democracia. São Carlos: EdUFSCar, 2004.

FAGUNDES, M. Arqueologia e educação-programa "Arqueologia e comunidades" para crianças e adolescentes no Vale do Jequitinhonha, Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 11, n. 1, p. 199-216, jan. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2013000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: jul. 2017.

GALZERANI, M. C. B. Práticas de ensino em projeto de educação patrimonial: a produção de saberes educacionais. **Pro-Posições**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 93-107, abr. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072013000100007&lng=en&nrm=iso> Acesso em Jul. 2017.

HORTA, M. L. P. et alli. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/ Museu Imperial, 1999.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

KARPINSKI, C. Informação, memória e patrimônio natural. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., Salvador. **Anais...** Brasília: ANCIB, 2016. Disponível em <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/3658/2378>> Acesso em jul. 2017.

JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do saber**: representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2008.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 5 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

MACHADO, N. T. G.; LOPES, S. N.; GHENO, D. A. Arqueologia Histórica e a problemática do patrimônio: discussões acerca da preservação, turismo e educação patrimonial no Vale do Taquari - Rio Grande do Sul. **História**, Franca, v.28, n. 1, p. 575-587, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742009000100020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: jul. 2017.

MEIHY, J.C. B.; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2015.

MENEZES, M. G.; SANTIAGO, M. E. Contribuição do pensamento de Paulo Freire para o paradigma curricular crítico-emancipatório. **ProPosições**, v. 25, n. 3 (75), p. 45-62, set./dez. 2014.

MARTINS, H. T.; COSTA, J. B. A.; LOPES, C. A. S. DESAFIOS, RESISTÊNCIAS E CONFLITOS NA CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA REGIÃO NORTE DE MINAS GERAIS: O caso da implantação do Parque Estadual de Grão Mogol. In: Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 4., Santa Cruz do Sul. **Anais...** Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2008. Disponível em <<http://www.unisc.br/site/sidr/2008/textos/94.pdf>> Acesso em: jul. 2017.

MELO, A.; CARDOZO, P. F. Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 1059-1075, out.-dez., 2015.

MOREIRA, J. C.; PINTO, M. C. T. O Projeto Estudo do Meio em Ponta Grossa (Paraná, Brasil) e a realização de roteiros turístico-pedagógicos voltados para os aspectos da geodiversidade. **Ciência & Educação**, Bauru, v.19, n. 4, p. 897-909, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132013000400008&lng=en&nrm=iso> Acesso em jul. 2017.

NORA, Pierre. Memória: da liberdade à tirania. **Revista MUSAS**, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Museus, 2009, n. 4, p.6-10, 2009.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento – um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1993. p.41-54.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

PAIVA, A.; FRANÇA, T. L. Trilhas interpretativas: reconhecendo os elos com a educação física. **Revista Brasileira e Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 109-124, mai. 2007.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.26, n. 51, p. 115-140, jun. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000100007&lng=en&nrm=iso> Acesso em jul. 2017.

PEREIRA, J. H. M. Notas sobre II Encontro Nacional de Educação Patrimonial – Iphan Ouro Preto-MG, 17 a 21 de julho de 2011. **Revista CPC**, São Paulo, n.13, p. 141-147, nov. 2011/abr. 2012. Disponível em:
<http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/conteudo_revista_resenhas_arquivo_pdf/211.pdf> acessado em out. 2016.

PRINS, G. História Oral. In: BURKE, P. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 2011, p. 165-201.

RIZZI, M. C. S. L.; ANJOS, A. C. C. Arte-educação e meio ambiente: apontamentos conceituais a partir de uma experiência de arte-educação e educação ambiental. **ARS**, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 26-35, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-53202010000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: jul. 2017.

SANTOS, A. Complexidade e transdisciplinaridade em educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 37, p.71-83, jan./abr. 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/07.pdf>> Acesso em abr. 2017.

SANTOS, L. B. Trilhas da política ambiental: conflitos, agendas e criação de unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 133-150, jan.-jun. 2009. Disponível em <www.scielo.br/pdf/asoc/v12n1/v12n1a10.pdf> Acesso em jul. 2017.

SILVA, R. M. D. Educação patrimonial e a dissolução das monoidentidades. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 56, p. 207-224, jun. 2015. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602015000200207&lng=en&nrm=iso>. Acesso em jul. 2017.

SOUZA, W. E. R.; CRIPPA, G. O patrimônio cultural como documento: reflexões transdisciplinares para novos horizontes na Ciência da Informação. **Transinformação**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 207-223, dez. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862009000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em mai. 2017.

WICK, M. A. L. A educação ambiental presente nos programas de uso público em parques estaduais localizados no município de São Paulo. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro. Rio Claro, 2014.